



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
GESTÃO 2025-2028

Data de recebimento: 05 / 01 / 2026

Data de Devolução: ____ / ____ / 2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO NA VILA DONA JULIA NAS SEGUINTE RUAS: JOSE PALU, JOÃO HENRIQUE SPECKT, HUMBERTO JOAQUIM MALOJO, VALMOR GAZZIERO, MADRE TEREZA DE CALCUTA, DONA JULIA GLUSZCZYNSKI, NILTON NOSE PAVAN, THEODORO SURMACZ, NILSO JOSÉ DO ROSARIO, FELIPE ABRAHÃO, PEDRO ESTIVAL, ELIAS MIGUEL HAGEM E EXPEDICIONÁRIO JOSE MACHOWSKI EM RIO AZUL-PR.

ELABORAÇÃO: VALDIR SIQUEIRA

RIO AZUL - PARANÁ
JANEIRO DE 2026



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

SECRETARIA: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO NA VILA DONA JULIA NAS SEGUINTE RUAS: JOSE PALU, JOÃO HENRIQUE SPECKT, HUMBERTO JOAQUIM MALOJO, VALMOR GAZZIERO, MADRE TEREZA DE CALCUTA, DONA JULIA GLUSZCZYNSKI, NILTON NOSE PAVAN, THEODORO SURMACZ, NILSO JOSÉ DO ROSARIO, FELIPE ABRAHÃO, PEDRO ESTIVAL, ELIAS MIGUEL HAGEM E EXPEDICIONÁRIO JOSE MACHOWSKI EM RIO AZUL-PR.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A pavimentação dessa rua é essencial para estabelecer uma infraestrutura básica adequada, facilitando o acesso dos moradores e veículos, assim como o transporte escolar e a entrega de serviços essenciais, como correios, água e energia elétrica.

Ruas pavimentadas são fundamentais para garantir a segurança tanto dos pedestres quanto dos motoristas, reduzindo significativamente o risco de acidentes e lesões causadas por buracos, poças de água e outras irregularidades comuns em vias não pavimentadas. Além disso, a pavimentação aumenta a acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, proporcionando uma maior inclusão social na comunidade.

Ao mesmo tempo, a pavimentação contribui para a melhoria da saúde pública, uma vez que reduz a incidência de doenças respiratórias e dermatológicas causadas pela poeira e lama presentes em ruas não pavimentadas. Isso resulta em uma melhor qualidade de vida para a população local, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento saudável da comunidade.

Além dos benefícios sociais e de saúde, a infraestrutura adequada, como ruas pavimentadas, pode valorizar os imóveis da região, atraindo investimentos e estimulando o desenvolvimento econômico local. Essa valorização cria oportunidades para o crescimento sustentável da vila e para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

Portanto, a pavimentação das ruas nesta vila não é apenas uma necessidade urgente, mas também uma medida crucial para promover o desenvolvimento socioeconômico, a segurança e o bem-estar dos moradores, assim como para atrair investimentos e valorizar a região como um todo.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



Da Habilitação jurídica:

- 1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

Da Regularidade fiscal e trabalhista:

1. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**
2. **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal**, abrangendo todos os tributos de competência do Município e relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;
3. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
4. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
5. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
6. **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual e caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.1. Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Receita Federal (Cartão CNPJ).

7. Qualificação técnica

As exigências estão descritas no edital do Paranacidade.

Das Declarações:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) não foi declarada **inidônea** para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;
- f) a empresa se **enquadra** em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- g) que fornece aos seus funcionários e colaboradores os EPIs (Equipamento de Proteção Individual), e EPIs equipamentos de proteção coletiva, conforme ambiente de trabalho;
- h) declaro, que sempre que possível, os processos de produção do item minimizarão o impacto ambiental, devendo serem duráveis e de alta qualidade, para que tenham um ciclo de vida mais longo e com informações sobre seus impactos ambientais e que sempre que possível, devem ser fabricados com materiais que sejam renováveis, recicláveis ou biodegradáveis.
- i) Nenhum de nossos sócios é servidor(a) da ativa ou dirigente de órgão da Prefeitura Municipal de Rio Azul –PR ou enquadrado no Inciso II, do parágrafo único do Art. 97 da Lei Orgânica Municipal.

4. ANÁLISE DE SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO VIÁVEL

Pavimentação na Vila Dona Julia	
Pontos fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none">• Acesso facilitado;• Segurança Viária;• Acessibilidade universal;• Melhoria da saúde pública;• Valorização imobiliária;• Desenvolvimento econômico;• Qualidade de vida;• Facilidade de manutenção.	<ul style="list-style-type: none">• Não há.

Para a presente demanda, é a solução encontrada, tendo em vista os inúmeros pontos fortes.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Com a contratação busca-se o funcionamento eficiente da sociedade, facilitando o transporte, impulsionando o desenvolvimento econômico, garantindo a segurança viária e melhorando a qualidade de vida das pessoas.

6. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Considerando a especificidade do Registro de Preços, verificou-se que não há outra contratação correlata vigente. Assim, nenhuma contratação atual impacta diretamente no objeto da presente contratação ou que impacte a execução contratual pretendida.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Tendo em vista o presente feito tratar-se de serviços especializados de pavimentação, verificou-se junto ao setor de tributação do município a inexistência de estabelecimentos que atuam no ramo.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

PLANILHA DE SERVIÇOS - RESUMO - EDITAL LICITAÇÃO					
Município:	RIO AZUL	SAM	56		
Projeto :	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	LOTE nº	1		
SEQUÊNCIA	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	TOTAL DA MÃO DE OBRA	TOTAL DO MATERIAL	(R\$) - PM TOTAIS	Grandes Itens (%)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	-	3.101,62	3.101,62	0,05%
2	TERRAPLENAGEM	108.696,60	-	108.696,60	1,81%
3	DRENAGEM	371.185,41	723.988,86	1.095.174,27	18,28%
4	BASE / SUB-BASE	703.843,28	948.111,47	1.651.954,75	27,58%
5	REVESTIMENTO	268.882,39	1.319.767,91	1.588.650,30	26,52%
6	MEIO-FIO E SARJETA	113.502,63	192.902,22	306.404,85	5,12%
7	SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO	304.007,35	709.115,91	1.013.123,26	16,91%
8	SINALIZAÇÃO DE TRANSITO	34.026,06	81.456,16	115.482,22	1,93%
9	ILUMINAÇÃO PUBLICA	20.339,68	-	20.339,68	0,34%
10	SERVIÇOS DIVERSOS	-	-	-	
11	ENSAIOS TECNOLOGICOS	76.509,75	10.834,85	87.344,60	1,46%
		2.000.993,15	3.989.279,00	5.990.272,15	100,00%
		33,40%	66,60%		

9. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

() O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme consta das informações básicas, deste Termo de Referência.

(X) O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, sendo resultado de uma variedade de fatores, incluindo priorização de outros projetos, restrições orçamentárias, viabilidade técnica e econômica.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Para custear os gastos oriundos deste procedimento serão utilizados os recursos de Fonte Estadual.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A Administração Pública, não pode restringir em demasia o objeto do contrato sob pena de frustrar a competitividade, por outro, ela não pode definir o objeto de forma excessivamente ampla, haja vista que, nesse caso, os critérios para julgamento das propostas falecem, em virtude de a própria administração admitir propostas díspares, inclusive as que não satisfazem ao interesse público e não atendem a necessidade da Administração;

Portanto, a definição do objeto da licitação pública e as suas especificidades são eminentemente discricionárias, a qual compete ao agente administrativo avaliar o que o interesse público demanda obter mediante a contratação;

Cumprando ponderar que, ao decidir pelo procedimento do julgamento das propostas em licitações, cujos objetos constituem-se bens divisíveis, que podem ser apartados em itens, bem como diversos itens podem ser agrupados num único lote;

A rigor, o agrupamento de vários itens em um mesmo lote não compromete a competitividade do certame, desde que várias empresas, que atuam no mercado, apresentem condições e aptidão para cotar todos os itens, principalmente levando-se em consideração a modalidade adotada, em que os recursos de tecnologia de informação têm como principal vantagem, aproximar pessoas, encurtar distâncias, resultando em considerável ampliação da competitividade, gerando, conseqüentemente, inúmeras repercussões positivas num processo de licitação pública, dentre estas, a de aumentar a probabilidade de a Administração Pública firmar contrato mais vantajoso, haja vista que ela recebe mais propostas, beneficiando a eficiência em contratos administrativos;

Considerando a complexidade técnica, a sinergia e eficiência na gestão, a garantia de qualidade, os custos de gestão e a continuidade dos prazos, justifica-se a indivisibilidade da licitação, tratando-a como uma obra indivisível, existindo a necessidade para a contratação global.

12. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

INDICAÇÃO DO LOCAL PARA ENTREGA E RESPONSÁVEIS

Secretaria	Responsável	Endereço
SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	✓ Sebastião Valdecir de Paula ✓ Jesse Loch Santos	RUAS: JOSE PALU, JOÃO HENRIQUE SPECKT, HUMBERTO JOAQUIM MALOJO, VALMOR GAZZIERO, MADRE TEREZA DE CALCUTA, DONA JULIA GLUSZCZYNSKI, NILTON NOSE



SECRETARIA PLANEJAMENTO	DE	PAVAN, THEODORO SURMACZ, NILSO JOSÉ DO ROSARIO, FELIPE ABRAHÃO, PEDRO ESTIVAL, ELIAS MIGUEL HAGEM E EXPEDICIONÁRIO JOSE MACHOWSKI EM RIO AZUL-PR
----------------------------	----	--

LOCALIZAÇÃO DA OBRA

As via está localizada na área urbana do Município de Rio Azul-PR.



Figura 01: Localização do Município no Estado do Paraná.

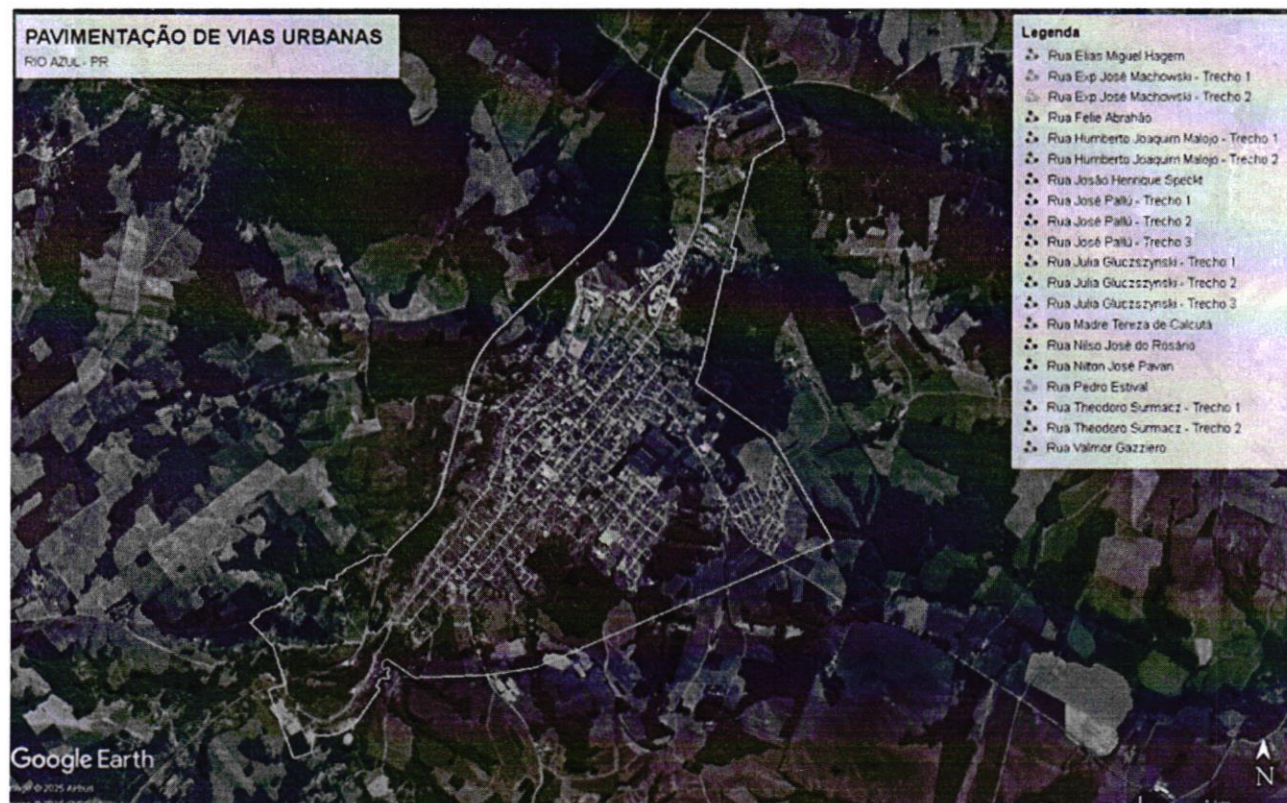


Figura 02: Localização no quadro urbano.

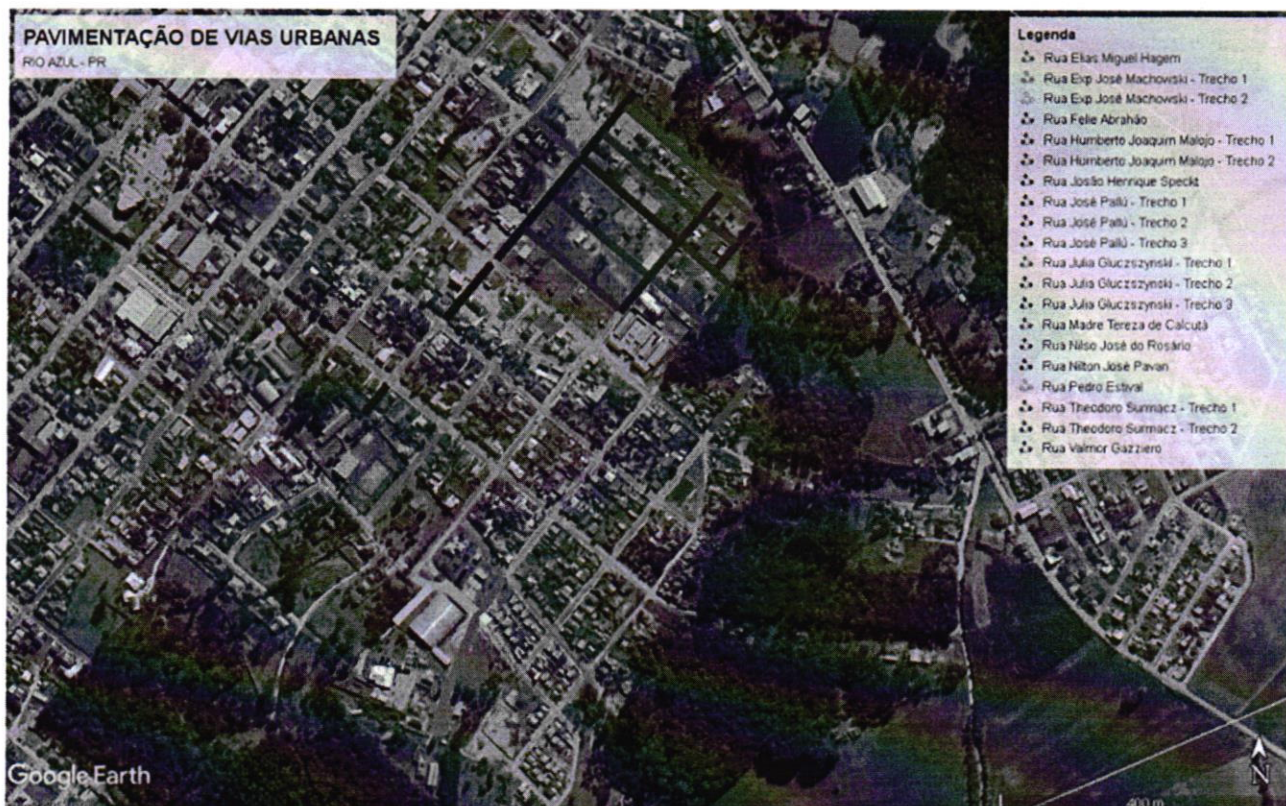


Figura 03: Localização da via a ser pavimentada.

A região a ser beneficiada é quase exclusivamente residencial, entretanto, atendem grande parte da população uma vez que são acesso à maior escola municipal.

13. ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Planejamento pleiteia ter um gasto no montante de R\$ 5.990.272,15 (Cinco milhões novecentos e noventa mil duzentos e setenta e dois reais e quinze centavos.).

14. DIVULGAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO

Acerca da divulgação do orçamento da licitação, informamos estimativa de custo obtida a partir de pesquisa será realizada em conformidade com a recomendação Administrativa nº 12/2022, e exarada no procedimento nº MPPR-0152.22.0000416-1 e decreto Municipal nº 114/2022.

15. RESULTADOS PRETENDIDOS

O resultado pretendido visa assegurar uma pavimentação eficiente e de qualidade que atenda às necessidades da população e promova o desenvolvimento local, garantindo maior mobilidade, segurança e conforto para os cidadãos. Além disso, a pavimentação contribui para a redução de custos com manutenção



de vias, favorecendo a durabilidade das infraestruturas e a melhoria da acessibilidade a diversos serviços essenciais. Ao investir na pavimentação de ruas e estradas, cria-se um ambiente propício ao crescimento econômico, à valorização imobiliária e à atração de novos investimentos, refletindo diretamente no bem-estar social e na qualidade de vida da comunidade.

16. CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

Considerando que a presente contratação demanda pouco conhecimento técnico sobre os itens licitados, a fiscalização contratual terá como incumbência as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021. Os fiscais que atuaram serão os fiscais da Secretaria de Obras e Planejamento, nomeados pela Portaria nº 11/2025.

Dentre as obrigações, os fiscais, inclui-se o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, e consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais indicados. Além de que a verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste ETP.

17. CUSTO DA SOLUÇÃO VIÁVEL

O custo da presente solução fica restrito as despesas de manutenção das atividades rotineiras da Secretaria Municipal solicitante, com servidores administrativos para formalização da fase preparatória e de planejamento da licitação, consumo de energia elétrica/equipamentos de informática e afins. Além disso, os servidores da administração municipal em si, sejam contadores, procuradores, pregoeira e demais envolvidos no processo licitatório teriam sua porcentagem de participação no gasto de operacionalização do processo, inclusive quanto aos equipamentos e custos diretos com a publicação do certame conforme definidos pela lei.

18. IMPACTOS AMBIENTAIS

No art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra CONTRATADA.

Na mesma acepção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha. Sob esse viés normativo, a contratação pretendida nesta Concorrência Eletrônica caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de

construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

19. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Riscos do Processo de Contratação

Risco 1 - Questionamentos excessivos na Concorrência

Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Baixo
Dano:	Legitimidade de concorrência colocada em questão.
Ação Preventiva:	Definir as regras gerais da contratação de forma clara no Edital e em seus anexos.
Ação de Contingência:	Republicação do Edital com correção dos itens alvos de impugnação

Risco 2 - Licitação deserta ou com lote deserto

Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Médio
Dano:	Não realizar a licitação tendo que republicar o edital e abrir novo prazo para a realização da concorrência.
Ação Preventiva:	Encaminhar Projeto básico durante a fase de cotação de preços para a maior quantidade de possíveis interessados em participar da licitação.
Ação de Contingência:	Republicação do Edital observando requisitos que poderiam ter provocado a desistência de possíveis empresas interessadas.

Risco 3 - Contratada se recusar a assinar o contrato

Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	Não concluir a licitação tendo que republicar o edital e abrir novo prazo para a realização da Concorrência.
Ação Preventiva:	Definir punição no edital para empresa adjudicada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado.
Ação de Contingência:	Adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.



Risco 4 - Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	Atraso nos serviços
Ação Preventiva:	<ul style="list-style-type: none">- Sanções e os requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância dos serviços a serem prestados.- Exigir documentação comprobatória que a licitante já prestou serviços semelhante ao contratado.- Exigir garantia do serviço prestado.
Ação de Contingência:	<ul style="list-style-type: none">- Acompanhar com rigor o IMR, mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.- Gestão/Fiscalização do contrato com aplicação de sanções previstas quando ocorrer alguma falha contratual e, em último caso, cancelar contrato e adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.

Risco 5 - Falência da empresa vencedora	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	Atraso nos serviços
Ação Preventiva:	<ul style="list-style-type: none">- Exigir requisitos habilitatórios relativos à qualificação econômico-financeira.
Ação de Contingência:	Adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.

Risco 6 - Prestação de serviços de baixa qualidade	
Probabilidade:	Média
Impacto:	Alto
Dano:	Prejuízos financeiros e risco à qualidade dos trabalhos desenvolvidos.



Ação Preventiva:	Exigir documentação comprobatória que a licitante já prestou ou presta serviços semelhante ao pretendido.
Ação de Contingência:	Notificação à contratada afim de melhorar a qualidade dos serviços e aplicação de sanções.

Avaliação Qualitativa dos Riscos

A seguir encontra-se a matriz de avaliação qualitativa dos riscos identificados.

Impacto	Sem Impacto	Baixo	Médio	Alto
Probabilidade				
Baixa		Risco 1	Risco 2	Riscos 3, 4, 5
Média				Risco 6
Alta				

Gravidade das consequências

Através da matriz, percebe-se que o risco de maior gravidade será o risco 6, essa avaliação é decorrente de levantamento feito pela equipe, onde se chegou-se ao consenso que devido as exigências de mercado, ação de órgãos fiscalizadores e as próprias contratantes destes tipos de solução, eliminam do mercado empresas com baixa capacidade técnica e operacional, portanto a probabilidade será média, porem existe a possibilidade da ocorrência deste fator, e os danos seriam desastrosos para a administração municipal como um todo, com a possibilidade de aplicação de multas pelos órgão fiscalizadores, eficiência nas compras públicas comprometida e demais atos administrativos interrompidos ou retardados, gerando diversos transtornos e prejuízos à Administração Municipal.

20. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando o Estudo Preliminar efetivado pela equipe acerca da PAVIMENTAÇÃO NA VILA DONA JULIA, constatou-se a VIABILIDADE para contratação, pela forma orientada no presente relatório.

Considerando a solução apresentada acima, é possível concluir e declarar a **viabilidade** da contratação de empresas privadas cujos ramos de atividades sejam pertinentes ao objeto licitado garantindo a eficiência e economia.

21. APROVAÇÃO E ASSINATURA

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar:

Rio Azul, 05 de janeiro de 2026.

RIO AZUL



☎ |42| 3463-1122
🌐 www.rioazul.pr.gov.br
✉ contato@rioazul.pr.gov.br

Valdir Siqueira
Secretário Municipal de Planejamento
Decreto 05/2025

Valdir Siqueira
Secretário de Planejamento